

Sarney culpa

Política

QUINTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 1989

Constituição pela crise

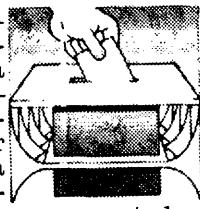
**Presidente acusa Carta
de criar confronto
com o Congresso e
tornar Estado inviável**

A nova Constituição brasileira, promulgada em 5 de outubro do ano passado, é a maior responsável, na opinião do presidente José Sarney, por todas as dificuldades do País. Em entrevista ao jornalista Bóris Casoy, do SBT, o presidente da República responsabiliza a Carta "pelo tipo de Estado em que estamos vivendo", um Estado, segundo ele, "inviável".

Na entrevista, de 45 minutos, gravada no sítio de São José do Rio Preto e que irá ao ar hoje, às 20h30, Sarney afirma que "o problema central do Brasil é a crise do Estado brasileiro", criada também pela Constituição. A maior dificuldade, a seu ver, está no fato de ser obrigado a cumprir a Constituição, "que modificou tudo, criou despesas diante das quais não há pagamento que resista". Na final das contas, acentua Sarney, "o povo paga". Segundo o presidente da República, surgiu com a nova legislação um clima de confronto entre o Executivo e o Congresso, "que assumiu responsabilidades de governo e não quer governar".

Sentado descontraidamente na varanda da casa, diante de uma mesa com uma fruteira cheia de frutas artificiais, Sarney demonstra, durante quase toda a entrevista que se sente injustiçado com as críticas que recebe. Por duas vezes afirma que "os historiadores do futuro vão registrar a grande mudança" promovida no País durante seu governo. Sem modéstia, define-se "o grande presidente da construção democrática", responsável "pela transição do regime autoritário para a liberdade ampla e total", pois seu governo "acabou com os ressentimentos ideológicos e criou uma sociedade democrática". Além disso, "botou sonegadores na cadeia", fechou bancos — ele cita o Comind e o Auxiliar —, interveio em corretoras e conseguiu aumentar o salário mínimo de US\$ 25 para US\$ 100 mensais, gaba-se o presidente.

Apesar de todos esses méritos que se atribui, Sarney queixa-se de que nenhum partido



político o apóia. Por esta razão, considera a crise brasileira "principalmente política", pois está "apenas na cabeça das pessoas". Na visão do presidente, se "tivéssemos políticos conscientes, não teríamos crise".

FUZILAR GREVISTAS

Após repetir, em vários pontos da entrevista, seu papel de executor da transição democrática e dar à crise caráter político, Sarney atribuiu ainda outro mérito a seu governo: ter encontrado o equilíbrio entre tendências antagônicas. Segundo ele, muita gente o aconselha "a botar a polícia e o Exército nas ruas e mandar fuzilar os grevistas", que "querem ocupar e arrebentar as fábricas, dinamitar altos-fornos e colocar bombas" nas ruas. O presidente acaba por concluir que jamais "mandaria fuzilar alguém", por ser contrário à pena de morte.

Sarney também defende a política econômica de seu governo e considera o Plano Cruzado responsável pela maior distribuição de renda já promovida no País. O Plano Verão, "apesar das dificuldades", alcançou seu maior objetivo, ao evitar a hiperinflação, diz o presidente, que cita os saldos da balança comercial e as safras agrícolas como demonstrações de que o Brasil tem potencial para "superar as dificuldades econômicas".

Sarney reafirma na entrevista a Boris Casoy que se manterá distante da campanha sucessória — do contrário, "não estaria servindo ao Brasil". Mas critica todos os candidatos, ao afirmar que nenhum deles, até o momento, "apresentou soluções para os problemas". A entrevista estreará hoje um novo programa na rede de televisão de Silvio Santos, o SBT Entrevista.

MEDALHAS

Ontem, em Brasília, Sarney participou das comemorações do 124º aniversário da Batalha do Riachuelo, quando o Ministério da Marinha condecorou 76 personalidades com a Ordem do Mérito Militar. Entre os agraciados estão o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, José Francisco Rezek, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e o ministro do Tribunal de Contas da União, Alberto Hoffman. Segundo nota do ministério, a medalha é distribuída a pessoas "brasileiras e estrangeiras que houveram (sic) prestado assinalados serviços à Marinha".